

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2005
(Do Sr. NILTON BAIANO)

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo da conta individual do PIS-PASEP pelo trabalhador que, após dez anos de trabalho registrado em carteira, permaneça desempregado por mais de cinco anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

§ 1º Ocorrendo casamento, aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez, ou, ainda, desemprego involuntário por mais de cinco anos, após dez anos de trabalho registrado em carteira, o titular da conta individual poderá receber o respectivo saldo, o qual, no caso de morte, será pago a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.” (NR)

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Até a promulgação da Constituição Federal em vigor, as contribuições para o programa PIS-PASEP eram destinadas às contas individuais dos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos. A partir de então, foi aprovada nova destinação para esses recursos: financiamento do seguro-desemprego, pagamento de um abono salarial anual aos trabalhadores que percebam até dois salários mínimos por mês e financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

Pelo novo sistema constitucional, foram preservadas as contas individuais até então existentes, com a diferença de que deixaram de receber novos depósitos, mantendo-se, no entanto, a remuneração anual dos saldos remanescentes, preservando-se as hipóteses de saque anteriormente permitidas, salvo por motivo de casamento.

Com o presente projeto, pretendemos estender esse direito aos titulares de conta individuais que, após dez anos de trabalho registrado em carteira, permaneçam desempregados por mais de cinco anos.

Trata-se de medida das mais justas e legítimas: socorrer o trabalhador justamente no momento mais angustiante de sua vida, quando se encontra desempregado.

São essas as razões por que contamos com sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado NILTON BAIANO